

Sistematização dos resultados dos 5 encontros regionais de reestruturação

Comissão de Reestruturação, março de 2007

EIXO 1. Identidade política

a) Que bandeiras e ações locais e regionais o FEES está defendendo e desenvolvendo?

BANDEIRAS:

Fortalecimento de movimentos sociais com objetivos afins.

Apoio aos movimentos de luta pela terra como o MST.

Articulação com pontos de cultura.

Criação de Centros Públicos de Economia Solidária.

Criação de projeto de Lei Estadual da Economia Solidária.

Projeto de Fortalecimento dos Fóruns Regionais.

Feira Estadual, Feiras Regionais, feiras municipais e Itinerantes;

Continuidade do Mapeamento.

Desenvolvimento de um sistema de microcrédito /microfinanças para empreendimentos da Ecosol.

Criação do Banco Popular Solidário (parceria com o Banco do Brasil).

Divulgação do uso da moeda social aceita entre artesãos, agricultores até companhia de água.

Fortalecimento da Economia Solidária no campo e na cidade.

Tributação diferenciada aos empreendimentos.

Articulação com a Frente Parlamentar.

Lutar para que a Economia Solidária ultrapassasse a barreira do movimento, ou melhor, que o movimento fosse ampliado nas academias, nas escolas, nos consumidores e principalmente que gestores públicos pudessem se engajar no movimento também se portando como militante.

Nivelamento das Políticas Públicas para os EES nas esferas Municipais e Estaduais
Comercialização, Centrais de referências Regionais e Centros Públicos Municipais.

Programas de Financiamento (criação de Fundos Conselhos Estaduais, Municipais fóruns Municipais e ou Regionais).

Criação de sistema de comércio justo, ético e solidário.

Reafirmação da Carta de Princípios e da Plataforma Política do FBES.

Ampliação dos espaços de Economia Solidária(Superintendência, Secretaria etc..).

Criação de Marco Legal adequado à realidade da economia solidária (alguns estados já avançaram inclusive com a votação de Leis já criadas, porém ainda com dificuldades em serem sancionadas por questões políticas com os governos locais).

Criação de Secretarias Estaduais e/ou outras instancias dentro dos governos locais (alguns com estágio bastante avançado de constituição desses espaços e outros em processo de discussão/negociação com governos estaduais).

Revisão da questão tributaria e da lei 8.666

Buscar a transversalidade da ES com o Sistema Nacional de Educação

Criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidária

AÇÕES:

Pautar os governos estaduais em prol de políticas públicas para a ES;

Criação de uma Rede de formadores;

Integração da rede de gestores ao fórum estadual e os regionais.

Fortalecimento dos fóruns municipais.

Superação das divergências entre empreendimentos e assessorias.

Propostas, do fórum estadual aos municipais, de formação para empreendimentos.

Definir o papel das assessorias.

Programa de formação política em parceria com entidades educacionais e universidades.

Busca da legalização dos grupos.

Estudo da lei de cooperativismo, do crédito popular com recurso público e das licitações públicas.

Apoio à elaboração de projetos e busca de soluções administrativas para empreendimentos.

Busca de parcerias para concessão de bolsas aos empreendimentos que participam de formações.

Estímulo à recuperação de empresas por trabalhadores.

Criação de fundo rotativo.

Ampliação da ES dentro dos Movimentos Sociais e em espaços Institucionais

Formação em economia solidária para os empreendimentos e assessorias.

Sensibilização dos diversos setores para a apropriação da ES

Intercâmbio entre experiências locais com disseminação de tecnologias.

Comercialização: criação ou fortalecimento de estratégias e espaços de comercialização (feiras regionais, estaduais, nacionais); estruturas físicas de apoio à comercialização (centrais, mercados solidários, etc).

Sustentabilidade e Meio ambiente;

Agricultura familiar e orgânica;

Saúde Alternativa e uso de ervas medicinais e fototerápicas;

Formação continuada das comunidades tradicionais e empreendimentos urbanos.

Fortalecimento das redes e cadeias produtivas existentes e criação de novas cadeias;

Controle público da movimentação dos recursos disponíveis no estado e região.

b) Para o FEES, além destas ações e bandeiras, quais outras seriam prioritárias e por que não estão sendo defendidas e desenvolvidas?

BANDEIRAS:

Lutar pela inclusão do tema da ES (em pesquisa e formação) nas universidades, pois estamos debatendo relações de trabalho e a construção do domínio do trabalho (humanização do trabalho);

A formação dos consumidores para o consumo consciente;

Buscar crédito compatível com a realidade dos empreendimentos da ES;

Finanças e crédito solidários, principalmente no meio urbano;

A necessidade de luta por políticas públicas para a Economia Solidária;

Falta do movimento reivindicar, de ir a rua, de mostrar para a sociedade. Não está sendo feito o movimento para fora "que começa a dizer para a sociedade que estamos aqui". Todas as conquistas dos trabalhadores foram para a rua, e não em locais fechados;

A recuperação das empresas;

Rearticulação das matrizes energéticas, como participamos deste debate... (mini-usinas de álcool ou de biocombustível a partir da agricultura familiar);

Consumo – construção de um plano de ação de consumo endógeno, para dentro do movimento;

Divulgar as experiências, oportunidades de projetos e políticas públicas por meios populares: rádios comunitárias, panfletos, cartilhas.

Centrais de Comercialização como Centro de Referência da ECOSOL:

Pesquisas para fundamentar as discussões

Ações em torno da consolidação de um marco legal para a economia solidária;

Há em alguns estados (na maioria) necessidade de trabalhar bandeiras como a articulação de temas como: Economia Solidária & Gênero; Economia Solidária & Agricultura Familiar; Economia Solidária & Juventude.

Acesso ao PLANTEC para os empreendimentos na área de capacitação

Formação de redes de ES por cadeias produtivas

Criação de Fundos solidários para investimento seja empreendimento formal ou informal PPA,

Reformulação da Lei de Licitação dando prioridades aos empreendimentos solidários,

Questão de Gênero;

AÇÕES:

Aproximação e Articulação com os Movimentos Sociais, grupos de Portadores de Deficiências e detentos;

Ampliação dos espaços de acesso ao mercado, bem como ocupar (disputar) espaços em feiras nacionais financiadas pelo governo federal, para a ES;

Trazer de fato as questões de sustentabilidade ambiental para a ES; exemplo: neste local CATRE, o alimento não é orgânico, o suco é artificial, bem como o iogurte, o lixo não é selecionado.

Buscar qualificar tecnologicamente a ES.

Socialização da informação e construção da rede de formação.

Visibilidade da marca, identidade da ES, como ter identidade sem perder a referência nos princípios da ES, disputando por dentro do sistema capitalista; p.ex: participar de uma feira de empresários sem perder a nossa identidade.

Viabilizar a participação dos empreendimentos no movimento:

Trabalhar para a consolidação financeira dos empreendimentos.

Utilizar linguagem mais acessível.

A de realmente organizar uma estrutura mínima para os Fóruns;

Acompanhamento mais efetivo das instituições e/ou FEES aos empreendimentos solidários identificados (selecionados);

Investimento em Formação direcionada ao público jovem/ empreendimentos (liderança, geração de renda, captação de recursos...);

Aproximação com os setores da sociedade civil organizada com destaque para a questão da economia popular, agricultores familiares e em especial juventude e mulheres;

Refletir, estudar e elaborar recursos e estímulos para estruturar a produção e a comercialização de produtos a fim de gerar renda aos pequenos;

Desenvolver, educar e fortalecer parcerias na ótica da Economia solidária.

Organização de espaço com residência ou sede que sirva de referência aos fóruns

Aquisição de materiais para estrutura do fórum

Inserir os Movimentos Estaduais dos Catadores;

Buscar ampliação dos segmentos a serem atendidos pelos Programas da SENAES (quilombolas, indígenas, entre outros);

Cadeias Produtivas

Identificar e capacitar gestores públicos com afinidade em economia solidária, para posteriormente inseri-los na Rede de Gestores.

Formação – Seminário, Oficinas, etc.

Viabilizar iniciativas para facilitar a comercialização, incluindo compras governamentais.

Também em alguns não está sendo trabalhada a bandeira da Comercialização para resolver os entraves deste que tem sido um desafio histórico não só no movimento da economia solidária, mas nas práticas de economias populares.

Realizar intercâmbios com outros Fóruns para uma maior articulação

Criação de certificação dos empreendimentos e assessorias da ECOSOL;

Qualidade no trabalho dos empreendimentos.

Certificação do trabalho no corpo da Economia Solidária.

Qualificação para o trabalho nos empreendimentos relacionado com a saúde e a questão ambiental.

Banco de Dados dos produtos que são consumidos da rede.

Garantia da qualidade das condições de trabalho: condições de saúde e higiene, meio ambiente dos empreendimentos;

c) Quais bandeiras e ações nacionais estão influenciando a atuação do FEES? Como?

A agenda do FBES vai balizando as ações dos fóruns estaduais. Destacam-se as seguintes ações e bandeiras:

BANDEIRAS:

Discussão do projeto de lei para fomento da economia solidária;

Lei do cooperativismo;

Política Nacional de Finanças Solidárias:

Marco Jurídico para a economia solidária

Formação, assistência técnica, pesquisa e tecnologia – tendo como elemento provocador à necessidade dos EES se capacitarem política e tecnicamente para se consolidarem numa cultura solidária e auto-sustentável.

Fortalecimento da identidade do FBES e por consequência dos Fóruns Estaduais.

Comercialização

Divulgação da Economia Solidária

Marco Legal da ES

Desenvolvimento de ações para segmentos tradicionalmente excluídos (indígenas, quilombolas, mulheres, negros, etc) – para alguns estados o PPDLES tem sido uma importante conquista nesse sentido.

Criação do Conselho Nacional (influencia e incentiva a interlocução entre poder público e sociedade civil para a criação dos conselhos estaduais)

AÇÕES:

Movimento de Trocas Solidárias;

Campanha Nacional "Economia Solidária Outra Economia Acontece";

Mapeamento;

Programa Nacional de Fomento as Feiras Estaduais;

Sistema de Informação da Economia Solidária.

Política Nacional de Formação: (oficinas regionais e nacionais de formação)

PPDLES - O Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária;

Conferências e Plenárias.

Encontros Regionais de Formação e Reestruturação

Reestruturação do FBES

Produção, Comercialização e Consumo,

Centro de comercialização dos produtos;

Trocas e Finanças Solidárias

Conferência Brasileira de Economia Solidária

Como:

As discussões nacionais têm servido de subsídios para as discussões e ações nos estados (projeto piloto de microfinanças e feiras itinerantes de microfinanças e eco-sol).

A multiplicidade de eventos nacionais, a melhoria dos canais de comunicação e os recursos alocados direcionados a estas bandeiras são fatores que contribuem e influenciam a atuação do FEES.

Discutindo no nacional e rediscutindo na base.

d) Para o FEES, quais bandeiras e ações nacionais devem ser prioritárias para o FBES?

BANDEIRAS:

Luta da aprovação de leis estaduais e nacionais de fomento à ES.

Rede de Comércio Justo e Solidário;

Consumo ético.

Visibilidade da marca e identidade da ES.

Lutar pelo reconhecimento da ES, enquanto porta de saída de programas de transferência de renda, como o bolsa família;

Lutar pela criação de programas (e ampliação dos já existentes) de geração de trabalho e renda dentro da perspectiva da ES.

Acesso a crédito e financiamento solidários;

Comunicação / Divulgação da Economia Solidária;

Efetivação do Sistema do Comércio Justo e Solidário;

O marco legal deve ser aprimorado, a nível federal, municipal e estadual;

Formação e educação com construção de uma escola nacional de Economia Solidária (houve proposta de escolas estaduais);

Colocar em prática o consumo ético e sustentável. O fórum Brasileiro deve contratar produtos e serviços dos empreendimentos e se preocupar com o resíduo produzido (uso de papel, descartáveis, resíduo orgânico) nos encontros;

Captação própria de recursos para buscar a independência do FBES e dos fóruns estaduais;

Projetos de lei que facilitem a emissão de notas e a facilitação das compras públicas em todas as esferas de governo, priorizando a compra de merenda escolar, vestuário etc de pequenos produtores, tendo no mapeamento uma forma de prospecção de negócios.

Inserir a Economia Solidária na grade curricular do ensino infantil, fundamental, médio e universitário;

Rede de trocas solidárias com ou sem moeda social.

Ampliar a discussão sobre o impacto ambiental de nossas ações (agroecologia e manejo de resíduos e recursos naturais).

Priorizar a ampliação dos PPDLES com maior transparência dos objetivos e articulado com os FEES.

Marco Legal da Economia Solidária.

Formação e educação em economia solidária continuada

Apoio para legalização e fortalecimento dos FEES

Centros de Produção Solidários

Centrais de comercialização

Ações e Programas se tornem Política Pública do governo Federal, Estadual, Municipal.

Credito, Marco Legal, comercialização e consumo (escoamento da produção).

Estruturar os fóruns Estaduais Municipais/Micro regiões, Territórios e Regiões.

Desburocratizar a Legislação dos EES

Algumas bandeiras estão sendo trabalhadas no âmbito estadual, merecendo ser discutidas no FBES: Seguridade Social nessas novas relações de trabalho; Melhoria da qualidade da produção para comercialização.

Há uma crítica de que a bandeira da Comunicação/Divulgação da Economia Solidária, no plano nacional, não tem sido trabalhada com a devida prioridade e com os investimentos necessários. A SENAES poderia investir mais para que a Economia Solidária apareça nas mídias de massa. Apesar dos instrumentos construídos serem bastante interessantes e positivos (documentos, vídeos, documentários, chamadas para rádios comunitárias...) seu alcance se reduz à limitada capacidade de mobilização e articulação dos FEES.

Sistema Nacional de Finanças Solidárias

Criação da Rede Nacional de Formadoras/es em Economia Solidária.

AÇÕES:

Incluimos a sugestão de que o FBES tenha um fundo próprio de fomento aos EES's.

Reafirmar em todas as ações do FBES e dos fóruns estaduais, a Economia Solidária como modelo sócio-econômico de superação da economia vigente.

Incentivar a articulação cadeias produtivas locais, regionais, nacionais e internacionais (com ênfase na América Latina) através da integração de projetos e parcerias de formação como o PLANSEQ, e realização de encontro das cadeias produtivas. Os CPTER (Centro Público de Trabalho e Emprego e Renda) podem ser o espaço de formação e incubação destas cadeias produtivas.

Buscar a integração dos fóruns estaduais com mais frequência;

Ajudar a montar planejamentos estratégicos nos estados;

Manter e ampliar as oficinas de formação durante as feiras nos estados e municípios.

Difundir o novo cooperativismo e associativismo;

Capacitação de pessoa - Formação na economia solidária

Projetos voltados à captação de recursos para o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária

Legalização dos empreendimentos e fortalecimento dos FEES

Autonomia dos FEES

Incentivar a constituição de empresas de autogestão (LTDA)

Apoio às ações de incubação de EES

Sistematização das experiências de formação em Economia Solidária no país

Responsabilidade com o meio ambiente.

Monitoramento dos recursos públicos, controle social.

Formação continuada dos/as integrantes dos Empreendimentos

Estratégia da Gestão do dinheiro público adequado para as políticas publica aos projetos através da implementação dos Conselhos Estaduais e Municipais de economia solidária.

EIXO 2. Relação com outros atores.

2.1 Relação com a sociedade civil.

a) Quais são alianças e parcerias construídas pelos FEES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1? (fazer também uma avaliação de cada uma)

Alianças e parcerias:

AVALIAÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Essas parcerias têm sido bastante positivas no fortalecimento das ações dos FEES, especialmente por viabilizarem maior alcance quantitativo e geográfico das atividades nos estados. Essas ações se referem em sua maioria aos eixos: articulação/organização de produtores/as; comercialização; formação; finanças; fomento. Entretanto a crítica que se faz é que são ainda parcerias e alianças pontuais, em torno de ações e não de bandeiras constantes. Também é importante que essas parcerias possam fortalecer os empreendimentos da Economia Solidária e não apenas ações específicas dos FEES ou FBES.

Registra-se um grande desafio – porém pouco discutido/refletido pelos FEES e pelo próprio FBES – de articular-se com a sociedade civil não organizada. Essa articulação tem se dado via grandes eventos que se realizam (Festivais, feirões anuais, etc). Primeiramente é necessário se construir estratégias de comunicação de massa para que estes eventos de fato cumpram seu papel de disseminar a Economia Solidária no meio da sociedade (e não apenas do Movimento Organizado) pra que se avance na conquista da sociedade ou segmentos dela como aliada.

Um outro importante desafio que igualmente merecia melhor trato por parte dos FEES e FBES que é construir alianças e parcerias com a sociedade para se avançar no desenvolvimento econômico dos empreendimentos. Tem se trabalhado muito os espaços de articulação na dimensão da discussão política e de cidadania e não se tem pautado uma relação de espaço de desenvolvimento econômico.

O capital faz economia política; entretanto a Economia Solidária tem se limitado a fazer política.

Precisamos avançar na capacidade de estabelecer relações econômicas solidárias com a sociedade, caso contrário, caminhamos para o rumo da frustração do projeto político embutido na economia solidária, gerando descrença, quebras de identidade e desmotivação junto aos protagonistas da Economia Solidária que são os/as produtores/as.

A maioria das parcerias são de assessoria, poucas oportunizam acesso a recursos financeiros para os fóruns e empreendimentos.

Parcerias para ceder espaço de comercialização.

A partir do planejamento do Fórum estadual, criar estratégias de parceria que fortaleçam o fórum a nível local e nacional.

O Fórum é um espaço de debates dos movimentos que trabalham a Economia Solidária, suas bandeiras se fazem presentes em outros diversos movimentos. Devemos acolher os diferentes movimentos para que tragam suas pautas e possamos dialogar, sem termos que atuar diretamente em todos os espaços.

Dificuldades na comunicação entre os Fóruns estaduais e brasileiro: Centralização das informações e dificuldade no acesso

As parcerias estabelecidas, apesar das limitações, têm possibilitado o fortalecimento e a articulação da Economia Solidária com outras lutas a partir da inserção de segmentos como mulheres, juventude, movimento de consciência negra, etc.

Necessidade de transparência nas ações desenvolvidas por programa de governo.

É necessário fortalecer com a própria Senaes, políticas públicas permanentes, e com outros ministérios. Estas ações são muito pontuais dentro de projetos específicos.

A partir do planejamento estratégico estadual, que alimente um planejamento nacional, aproximar de outros ministérios e instâncias públicas que sejam estratégicas para o fortalecimento da economia solidária.

Em Nível Nacional:

SENAES garantiu o fortalecimento do Fórum.

Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária;

Entidades de apoio (Cáritas, ANTEAG, ASA), onde houve maior envolvimento;

Uma grande parceria que se criou foi com o MDA, que vem acompanhando e contribuindo cada vez mais com o movimento em todos os estados.

Entretanto, destacou-se a ampliação das parcerias e alianças para além das articulações com SENAES, muito impulsionada pelo processo de criação do Conselho Nacional.

Destacam-se ainda as parcerias com ministérios como MDS e mais fortemente com MDA, que tem contribuído para regionalização das ações dos FEES e, por conseguinte para ampliação da ação do FBES nas questões relativas aos/as produtores/as rurais.

UNITRABALHO, Cáritas, IMS e Fase; Fundação BB; Petrobrás; DRTs; Caixa Econômica Federal; Outros Ministérios: MDA, MEC e MDS;

Movimentos de Ecosol do Canadá

Parlamentares, Sindicatos.

Nos diversos estados:

Fórum Gaúcho de Micro-Finanças; Unisol; Camp; Unisinos; Guayí; IFIL – Instituto da Filosofia da Libertação; ADS/CUT; Entidades de apoio históricas do movimento; Movimentos sociais (MST; MTD; recicladores; movimento de mulheres); Comunidades quilombolas.

Avaliação: O FEES vem a cada dia se fortalecendo enquanto movimento organizado nos estados. As parcerias citadas acima vêm de formas diferentes, contribuindo com as ações desenvolvidas.

DRT; Assessorias de Deputados Federais e Estaduais; Governo do Estado (interlocução), onde algumas secretarias e entidades estaduais se sensibilizaram; Banco do Estado de Santa Catarina; Eletrosul; Epagri.

Fundação UFT, Fundação Unitins; Associações dos Quilombolas, dos Catadores de Materiais Recicláveis, dos Artesãos, dos Indígenas: UNIX, OIT; dos Agricultores, ACAT; ONGs (COMSAUDE, Comunidade Kolping, ECOTERRA, COOPTER, Moradia e Cidadania, MNLM, Missão Verde, TALHER de Educação Cidadã); Institutos (Brasil Asia, Ruraltins).

Secretarias Estaduais e Municipais, Fundações (Unitrabalho, Fundação Banco do Brasil, FUBRA); Caixa Econômica Federal, Sistema “S”.

Realização do mapeamento (Unifap, DRT e Fórum Estadual) Realização de conferencia (Unifap, SETE, DRT, SEAG, Fórum) Realização de Feira (SETE, DRT, ADAP, Sebrae, SEMA, Fudecap, Maristas, Senaes e FBES), PPDLES, Fortalecimento e diagnósticos dos empreendimentos que já existem, Mapeamento de sementes, Banco de dados de redes de empreendimentos; Universidade Unitrabalho, BB, BASA, CEF, Sistema S, DRT, SEMDEL, SEAS, Secretaria de Cultura, EMATER, ELETRONORTE, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Marista.

Institutos, Fundações...

Secretarias Nacionais, Ministérios (parcerias).

Fórum Estadual, Caristas Maristas.

Apoio parcial com a secretaria de estado de trabalho e empreendedorismo Sete no desenvolvimento e organização da conferencia estadual e da primeira feira de economia solidária

Instituições governamentais na representação de técnicos das referidas entidades Sema, Unifap, Adap, DRT, Ceag, Cea, Iepa, Embrapa, Unifap, Seama e Sebrae.

E empreendimentos civis e cooperativos

Cáritas, MDA, MDS, IMS, CUT.

Aproximação com os governos eleitos

Aproximação com o CONSEA, e demais conselhos para inserir nas agendas desses conselhos à economia solidária.

Aproximação com outros movimentos sociais tais como: mulheres, quilombolas, etc...

Parcerias com universidades, ONG's, Poder Público nas três esferas e empreendimentos econômicos solidários.

Em sua maioria as entidades organizadas da sociedade civil já compõem o fórum, sendo parceiros naturais do mesmo. Portanto, a grande maioria dos parceiros acaba sendo segmentos do setor público (Prefeituras, Secretarias específicas, DNOCS, INCRA, MDA, MTE, MDS...).

As principais alianças e parcerias destacadas como sociedade civil foi: ADS/CUT; Cáritas; Rede Unitrabalho e Incubadoras de Cooperativas das Universidades; além das Federações de Trabalhadores e Sindicatos Rurais; Rede Abelha; Rede de Mulheres; UNISOL; CONSEA (que tem conseguido articular).

Fortalecimento das ações da DRT's no movimento de ES

Ampliação das parcerias e contatos internacionais

(Economia Solidária e Segurança Alimentar); e com ONGs com atuação em nível estadual e/ou regional (como a Casa da Mulher do Nordeste).

Destacaram-se mobilizações bastante positivas com outros movimentos organizados, como movimento pela diversidade sexual; quilombolas; indígenas; movimento feminista; etc.

Prefeituras Municipais, Universidades (Pública e Privada) Unitrabalho, Instituto Marista de Solidariedade, Governo do Estado, Agência Bancaria, DRT, ONGs, SENAES, Sistema S, Parlamentares, Movimentos Sociais, Fóruns, Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Fundação Candido Rondon(MDA-SDT).

b) Quais são alianças e parcerias construídas pelo FBES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1? (fazer também uma avaliação de cada uma)

Não temos conhecimento. Houve debate sobre a necessidade de aproximação com movimentos sociais, no item 3.

Quilombolas, indígenas e Movimento Sem Terra devem se integrar à discussão dos fóruns estaduais e do FBES.

Ripess - apesar de o FBES não ter uma discussão política sobre a questão de relações internacionais;

Faces

IMS - o programa de feiras contrata apenas empresas capitalistas para gerir a atividade.

Movimentos sociais: Catadores, Segurança Alimentar, de Mulheres, Moradores de Rua, GLBTT, Negro e de Matrizes Africanas e outros.

Universidades.

Poucos encontros regionais avaliarem e contribuam neste ponto.

c) Como avançar as alianças existentes e ampliar para novas para que o FBES atenda aos desafios da Economia Solidária e para que se constitua de fato enquanto referência nacional da Economia Solidária?

Ampliando o debate da Economia Solidária nos vários órgãos governamentais e na sociedade civil;

Fortalecimento da identidade da Economia Solidária;

Articulação com Deputados Federais – partidos com afinidades;

Articulação com centrais sindicais;

Ampliar o debate e a articulação com movimentos sociais (mulheres, quilombolas, indígenas, negros, catadores, segurança alimentar, agricultura familiar, meninos e meninas em situação de rua, MTD, MST);

Fortalecer o debate com os fóruns locais, regionais e estaduais da ES.

Definir o que é o papel fórum e de seus segmentos, para definir quais são os parceiros em potencial.

Saúde Mental – Ampliar ações junto aos CAPES e NAPES, associações e organizações sociais surgidas deste segmento, bem como incentivar as Cooperativas Sociais.

Agricultura Familiar – intensificar as ações junto à política nacional, através da participação nas Conferências do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), buscando a integração junto aos fóruns estaduais e FBES.

Segurança Alimentar – buscar influir no processo de preparação e na própria Conferência Nacional de Segurança Alimentar que será realizada em maio.

Catadores – busca permanente das Cooperativas de Catadores, bem os catadores autônomos.

Envolver os representantes do Fórum como canal potencializador das alianças;

Promover expansão das parcerias primando pelos reais princípios da economia solidária;

Fortalecimento, reestruturação em busca da restituição de representantes da economia solidária nos fóruns, conselhos nacionais, estaduais e municipais.

Articular as lutas, demandas dos movimentos sociais às ações do Fórum de ES (construir agendas comuns).

Criar estratégias de comunicação das ações dos FEES

Criar estratégias de Organização e Funcional para incluir os grupos e seguimentos sociais (inter setorial)

Criar Estruturas nos fóruns que contemplem os diversos seguimentos sociais para além das políticas partidárias

Aproximar cada vez mais as entidades nacionais garantindo o diálogo em nível local e nacional

Com a regionalização dos Fóruns estaduais tendo a participação das várias representações da sociedade civil: Mulheres, juventude, quilombola, etc.

Ampliar as alianças e parcerias com o governo Federal para garantir a transversalidade dos programas Sistema S e fortalecer as alianças estaduais

A superação do caráter pontual das alianças e parcerias passa pela redefinição de bandeiras nos FEES e fortalecimento das defendidas pelo FBES para que se estabeleçam acordos mais estratégicos e continuados com as parcerias importantes que hoje já se articulam (SENAES, MTE, MDA, MDS...) e também para que se abram novas frentes de alianças (Ministério da Educação, etc).

Um caminho importante para o avanço é conhecer melhor os programas e propostas dos parceiros em potencial, ampliando o diálogo com institucionalidades constituídas – por exemplo, os atores locais dos territórios rurais da SDT; bem como outras secretarias e ministérios.

O da Educação figura-se como fundamental para a disseminação/formação em Economia Solidária.

d) Como despertar a Economia Solidária na sociedade civil não organizada (em especial a juventude)?

Colocar o tema da ES nas escolas (educação formal) e educação informal;

Ter um programa específico para este público, divulgando a ES, especialmente nos programas de geração de trabalho e renda (cooperativas e associações) já existentes.

Incluir, na Política Nacional em Economia Solidária, ações que perpassem a Educação formal e educação informal, com base nos princípios da educação popular;

Intensificação os programas de geração de renda e trabalho já existentes, entre eles o PPDLES.

Criação de GT específico para juventude.

Trazer os pontos de cultura para participação nos fóruns estaduais e FBES.

Diálogo com a política pública de trabalho e renda para a juventude, buscar parcerias com entidades que desenvolvem trabalhos com jovens, a exemplo da do Consórcio da Juventude, Escola de fábrica, Primeiro emprego, Empreendedor Juvenil.

Aproximar-se do Hip-Hop e outros movimentos de juventude

Divulgar as ações e atividades do FEES e seus respectivos empreendimentos;

Mapear entidades que tem representação junto à juventude urbana e rural, chamando para participar das discussões dos Fóruns;

Promover formação direcionada à juventude (disseminar conhecimentos e fomentar futuros empreendimentos) realizando intercâmbios de experiências bem sucedidas de economia solidária (utilizar o espaço escolar).

Articulação com universidades através de incubadoras (prioridade)

Implementar palestras e oficinas

Desenvolver ações para formação direcionada a Juventude realizando intercambio de experiências em ECOSOL utilizando as salas de aula:

Promover discussões com as entidades representativas da Juventude urbana e rural.

Juventude não tem sido efetivamente tematizada nem pelos FEES e nem pelo FBES. O que se registram são as experiências isoladas de articulação Economia Solidária & Juventude.

Ressaltar o caráter prático da Economia Solidária em seus processos pedagógicos, com promoção de visibilidade dos resultados de empreendimentos solidários compostos por grupos tradicionalmente excluídos: jovens, mulheres, negros, indígenas, idosos.

Através de Programas de Qualificação Profissional, Temas Transversais nas Escolas, Formação continuada (Ensino Médio e Superior).

Divulgação, por parte dos FEESs e o FBES, da Ecosol através de ciclo de debates, nos bairros, nas escolas, nas rádios comunitárias e atividades culturais.

Divulgar o material da Campanha “Economia Solidária: Outra Economia Acontece” na grande mídia e mídias comunitárias, tanto de TV quanto de rádio. Cada FEES deve buscar disponibilizar os DVDs, CDs e materiais impressos para estes meios.

2.2 Relação com o governo federal

a) Como o FEES avalia as ações desenvolvidas em parceria com o governo federal?

Muita dependência do FBES na sua relação com o governo.

Na relação com a Senaes, há falta de critérios para liberação de projetos de apoio e as demandas do movimento dificultaram o encaminhamento de projetos importantes. Existe confusão, sobretudo nas ações praticas, nem sempre se entende quem implementa as ações.

O FBES deve intensificar e qualificar sua incidência e diálogo com diferentes instâncias de governo. O Conselho Nacional é hoje espaço privilegiado para o debate e desenvolvimento de agenda comum de Economia Solidária envolvendo o movimento, governo e outros atores da sociedade civil organizada. Mas, garantir a implementação das conquistas do movimento no conselho, ou mesmo seguir na luta por pautas perdidas no conselho exigem organicidade e força política de negociação do FBES.

Em se falando da relação com o governo, a SENAES é nosso principal interlocutor e deve ser fortalecido como tal dentro da estrutura de governo.

Para tanto, é preciso que o FBES e SENAES criem espaços de diálogo franco para construir estratégias comuns respeitando a liberdade de atuação autônoma para dentro e para fora do governo e dos projetos políticos estabelecidos em mesa de negociação.

Na avaliação dos fóruns estaduais, o Mapeamento e as Conferências foram pontos positivos e realizados com poucos tropeços.

O FBES deve apontar macro-políticas que atendam ao conjunto do movimento dentro de uma estratégia de priorizar os territórios sócio-econômicos, apontando a unificação deste conceito nas várias instâncias do governo federal, incluindo as redes, cadeias produtivas e utilizando o SIES como ferramenta para construir esta política pública;

Formulação de propostas de políticas públicas pautando-as no Conselho Nacional de Economia Solidária.

Dar continuidade ao processo de fundos solidários, bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário.

Fomento a criação de conselhos nos diversos níveis

Fortalecer a realização de feiras ampliando inclusive a quantidade de feiras...as feiras estão se configurando como eventos; não há debate sobre feiras públicas em sua dimensão econômica... necessidade de ampliar a discussão para construção de uma política nacional de comercialização.

De um modo geral tem-se uma preocupação com o fato de que as ações de parceria são aquelas ditadas pelo próprio governo e não as definidas num processo que parta da base (FEES, FBES).

No que se refere às ações desenvolvidas em parceria (aqui se cita PPDLES, Mapeamento, Feiras, etc), há uma insatisfação geral da forma como são construídas e desenvolvidas, desde questões como: a não consulta aos fóruns/movimentos para o desenho de determinados programas; até questões como o peso que as relações políticas (de beneficiamento de grupos, etc) assumem na hora da execução; além das condições precárias de desenvolvimento das mesmas (atraso no repasse de recursos financeiros e materiais; falta de comunicação e acompanhamento dos processos; falta de um planejamento mais afinado com o estado; etc).

As atividades nacionais desenvolvidas (feiras, conferências, etc), nas quais se consegue articular a participação direta de produtores/as, têm contribuído para mobilizar, motivar e ampliar as discussões e ações de reestruturação dos fóruns locais.

a) Como o FEES avalia as ações desenvolvidas em parceria com o governo federal?

A relação com o governo Federal é boa, porém está muito restrita a SENAES. É necessário uma maior interface com os ministérios a fim de potencializar as ações

Sugerir a implantação nos órgãos públicos dos núcleos de gerência de ES garantindo a transversalidade dos programas e ações

Reconhece-se o importante avanço nas relações de parceria, não só qualitativo (conteúdo e formas de diálogo e ação conjunta), mas também se ampliando pra outras secretarias e ministérios.

Pela pouca diversidade de fontes de financiamento, acaba-se estabelecendo uma relação de dependência financeira do FBES em relação ao governo em todas as outras articulações (MDA, MDS...).

Há uma avaliação sobre a necessidade de ampliação do montante de apoio orçamentário dado pelo governo para que se consiga maior impacto sobre as demandas.

Necessidade de estabelecer melhor como deve se dar à relação SENAES, FBES E FEES, para que se tenha nos estados uma articulação melhor e em nível nacional se consiga avançar na construção de políticas nacionais, tomando como referência às determinações tiradas na Conferência Nacional.

b) Como o FEES avalia a relação do FBES com o governo federal (em especial a SENAES)?

É um bom relacionamento, precisa maior autonomia do FBES, deve existir uma comunicação antecipada das atividades dos programas de governo.

A SENAES precisa ter recursos via PPA e ampliar a interlocução com os outros ministérios.

Alguns projetos e propostas vêm prontos da SENAES para o FBES, sem passar por um processo de discussão mais ampliado com o movimento da ES;

As informações sobre programas e ações da SENAES chegam muito em cima da hora, acarretando falta de tempo para a circulação das informações e construção dos processos nos estados;

Na composição do Projeto de Desenvolvimento Local – não houve articulação com os FEES, as decisões e indicações vieram diretamente da SENAES, como a contratação de agentes e gerente para o projeto, muitos deles sem ligação nenhuma com os FEES;

Muitas decisões não passam pelo FEES, o que dificulta o trabalho e as ações nos estados, gerando insatisfação e desmobilização da organização;

Grande burocracia de liberação de recursos da FBB;

Implantação dos Centros de Referência (os "centros públicos") – Está sendo tratado diretamente com as prefeituras sem envolvimento dos Fóruns: Estaduais, Regionais e Municipais.

Maiores esclarecimentos sobre o PPDLES

Pontos positivos:

Conferências de Economia Solidária;

Mapeamento (GT de Mapeamento);

Programa Nacional de Feiras Estaduais de ES;

Construção dialogada da campanha de divulgação da ES;

Construção das oficinas sobre formação;

Seminário Nacional de Fundos Solidários;

Construção do SIES;

Construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;

Construção do PLANSEQ.

c) De que forma o FBES deve ampliar suas relações com outras esferas do governo federal?

Investir na divulgação da economia solidária, e no chamamento destes atores (MTE, MDA, MDS, MMA) principalmente, para as atividades dos fóruns;

Aproximação do fórum com o legislativo para articulação;

Implantar uma Política mais agressiva e consistente da SENAES, ampliando assim o fortalecimento da Economia Solidária em todos os Ministérios do Governo Federal;

Buscar e pressionar pela transversalidade das ações ministeriais.

Garantindo que seus representantes reafirmem a plataforma na sua íntegra para que não ocorra fragmentação por parte das diversas forças presentes no Conselho assegurando o fortalecimento das bandeiras e ações já instauradas

Implantando nos órgãos públicos na esfera federal, núcleos e gerências de economia solidária garantindo a transversalidade dos programas e ações.

Também se trabalhar estratégias pra articulação das parcerias que vem se consolidando no plano nacional para o âmbito estadual (fazer "descer" os resultados/ações até os estados). Aqui se cita em particular o apoio aos Centros Públicos de Economia Solidária.

Necessidade de uma aproximação crítica com o Sistema S pra acompanhar como estão gastando os recursos públicos destinados ao fortalecimento dos empreendimentos.

Estabelecer canais de comunicação, agendas, buscar recursos dentro das relações com os outros Ministérios.

d) Como assegurar o papel de protagonista do FBES no Conselho Nacional de Economia Solidária? Neste sentido, como impedir a fragmentação de agendas das diversas forças do FBES presentes no Conselho?

Os representantes do FBES no CNES devem participar das reuniões ordinárias do FBES, socializar as atas de reuniões do Conselho Nacional, além de estabelecer calendário comum de encontros.

O papel de protagonista do FBES, na CONAES passa pelo compromisso político de todas as entidades defenderem os acordos políticos consensuados dentro do fórum, bem como a sua plataforma.

Garantindo que todos os assuntos sejam discutidos pelos representantes e defendidos em nome do FBES;

Tendo identidade com os fóruns estaduais;

Garantir uma agenda própria do FBES, para assim trabalhar e articular a agenda do Conselho e do Governo;

Garantindo que seus representantes reafirmem a plataforma na sua íntegra para que não ocorra fragmentação por parte das diversas forças presentes no conselho Nacional, assegurando o fortalecimento das bandeiras e ações já instauradas.

Buscar interlocução do Conselho de ES com demais conselhos de políticas públicas

Fortalecer a organização política dos FES e do FBES como protagonistas do movimento de ES do país

Ampliar as participações de movimentos sociais que tenham afinidades com ES

Um primeiro passo é o fortalecimento do FBES na sua articulação com os FEES, para que as discussões cheguem ao Conselho de forma mais legítima e qualificada a partir dos elementos das realidades locais da Economia Solidária nos estados.

Necessidade de discussão consciente de qual a pauta do FBES em si e qual a do Conselho, pra delimitar melhor as agendas.

Frágil capacidade de proposição que precisa ser trabalhada por dentro dos FEES e do FBES.

É preciso que as pessoas que estejam no Conselho como representantes do FBES tenham um melhor preparo para o enfrentamento ideológico e político na correlação de forças que se estabelecem, de forma a não fragilizar a figura/papel do Fórum dentro do Conselho.

Realizar reuniões da Coordenação Nacional do FBES que antecedam as reuniões do conselho, para fortalecer os conselheiros.

Há que se considerar ainda que existem entraves de Marco Legal que dificultam o avanço das deliberações e conquistas construídas.

60% do Conselho é o FBES, portanto se este se articula forte, num processo da sua base (Fóruns locais) para o centro, chega de forma forte nas políticas. Uma questão é que os empreendimentos são fracos dentro do fórum;

Monitorar a ação dos nossos representantes no CNES (tanto dos empreendimentos do FBES quanto das entidades que fazem parte do movimento de Economia Solidária),

segundo critérios que levem em conta o seu compromisso com a base dos movimentos e seus acúmulos no campo da Economia Solidária;

Dialogar com os representantes do CNES de entidades não ligadas diretamente ao FBES e aos ministérios para fortalecer o seu alinhamento com o FBES;

Propor articulação regional das entidades do CNES que estão em cada região. Por exemplo, no Centro-Oeste temos a Rede Cerrado (Altair – MS), a Cáritas Brasileira (Ademar – DF), entre outros.

2.3 Sustentabilidade e autonomia

a) Como o FBES (incluindo os FEESs) deve se organizar para garantir a sua sustentabilidade financeira, preservando sua autonomia?

Compromisso político de sustentabilidade do FBES passa pela cooperação de todas as entidades e empreendimentos que o compõem.

Há o problema do gerenciamento do recurso (figura jurídica?) e da profissionalização da captação do recurso.

pela captação de recursos nacionais e internacionais;

comercialização de produtos com a marca do FBES.

Buscando parcerias governamentais (não sendo exclusiva com a SENAES) e não-governamentais, com a implementação de cadeias produtivas, através de rodadas de negócios, com uma percentagem para o FBES;

Campanha de arrecadação – Dia Nacional da Economia Solidária;

Criando o Fundo Nacional de sustentabilidade do FBES (FAT, LOTERIAS, PAC).

Criar iniciativas que promovam a sustentabilidade dos Fóruns. Exemplo: Contribuição mensal de empreendimentos de assessoria e gestor para os Fóruns

Ampliar as parcerias sensibilizando-as a tornarem-se patrocinadoras e apoiadoras financeiras dos Fóruns estaduais e brasileiro

Resgatar a proposta de cotização dos EES e ong's de acordo com a sua amplitude feita na reunião da coordenação do FBES

Confecção de produtos promocionais da ES, campanhas, doações e contribuições dos segmentos que compõem os Fóruns.

Buscar recursos via elaboração de projetos específicos para as ações do FBES e do FEES

É necessário que se construam estratégias de auto-sustentação que passam pela constituição de um fundo próprio, com participação dos diversos segmentos que constituem o fórum, respeitando-se as especificidades de cada segmento.

Os fóruns estaduais deveriam assumir o seu papel de protagonista da sua própria sustentabilidade. Cada FEES faria a avaliação do quanto é estratégico ter uma secretaria com pessoal liberado e custeio e ratearia este custo dentro do fórum com promoção de eventos, recolhimento de contribuição dos (as) integrantes.

Estudar a pertinência de lutar pela criação de fundo constitucional (projeto de lei, medida provisória ou emendas parlamentares) para o FBES (e FEESs) enquanto articulação nacional que contribui para o desenvolvimento sócio-ambiental-econômico com inclusão social;

Procurar parcerias que acolham a Secretaria Executiva do Fórum em relação à logística e infra-estrutura.

EIXO 3. Gestão e organização.

3.1 Estrutura e funcionamento do FBES

A)As atuais instâncias e forma de funcionamento do FBES (Coordenação Nacional, Coordenação Executiva, GTs, Secretaria Executiva e Plenárias) atendem aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

Posição 1: Não atende aos desafios, ou só atende em partes:

Falta de diálogo e comunicação entre os atores envolvidos e quando acontece, a informação chega através de meios como o yahoo grupos que não é eficiente;

A questão do fator tempo também é um dificultador, porque acontece um atropelamento de ações;

Há limites nas participações (por exemplo, reuniões virtuais);

As representações que compõe as instâncias não participam das reuniões virtuais e presenciais e aí as bases ficam isoladas;

Em parte, apesar de toda falta de estrutura financeira e de pessoal, pois, busca atender as demandas que surgem. No entanto, as instâncias são complexas e pesadas;

Não há articulação e presença das entidades nacionais que compõe o FBES em todos os Estados, por exemplo, Cáritas, Instituto Marista, dentre outros.

A estrutura do FBES atende as necessidades de articulação e demandas, porém os FEES deverão rever os critérios de escolha dos seus representantes.

Porque ela é muito estratificada. É vertical e hierárquica. Necessidade de fortalecimento das estruturas dos FEES e de aprimoramento dos canais e formas de relação entre estes e o FBES.

No processo de desenvolvimento dos papéis e atribuições deixa-se impressão de confusão de papéis entre as instâncias.

Há centralização nas decisões sem consulta aos FEES;

A falta de critérios e a confusão de papéis quando da escolha de algumas representações (ex. articulador político e articuladores regionais);

Percebe-se que está faltando formação para as pessoas que assumem algumas instâncias de representação

Por que não reflete nas demandas dos FÓRUNS estaduais, a comunicação é deficiente, levando os fóruns estaduais a dependência das agendas nacionais.

Em alguns estados, os atores (em especial do interior do estado) não têm conhecimento do que acontece nas discussões nacionais do Fórum Brasileiro.

Algumas pessoas têm dificuldade de repassar, só alguns lêem e-mails;

Posição 2 : Respondem bem às necessidades:

As instâncias e estruturas respondem bem às necessidades. O problema é a falta de linguagem única. Sendo que existem muitas reivindicações regionais ou estaduais (falta de visão nacional).

As instâncias são boas, o que falta é uma melhor estrutura para os representantes dos Gts passarem informações na sua região.

As instâncias atuais atendem aos desafios, pois contribuíram para o fomento e o fortalecimento dos fóruns estaduais, além de permitirem o seu reconhecimento como o lugar privilegiado do movimento social da Economia Solidária. A sua construção tem sido um processo coletivo. Neste sentido, deveria haver uma articulação maior com o Fórum Brasileiro.

Sim, enquanto representatividade (garantia da diversidade de falas); porém necessidade de rever qualitativa e quantitativamente a participação; cuja estratégia apontada é a estruturação das Coordenações Regionais.

A estrutura com plenárias, coordenação nacional, coordenação executiva e secretaria executiva, GT's e articulador político devem continuar.

Propostas:

Deveria garantir-se o fortalecimento das instâncias estaduais, garantir mais autonomia dos FEES's.

Inserir entidades de atuação das regiões na coordenação executiva nacional do FBES;

Criar fórum Regional dos Fóruns Estaduais. Exemplo na região da Amazônia;

Deve haver uma melhor definição dos papéis de cada instância (regimento).

Ampliar a dinâmica da Coordenação Nacional (das regiões) a nível regional (dois encontros anuais por região).

Estrutura para os representantes dos Gts passarem informações na sua região.

Ampliar a comunicação das pautas das reuniões com antecedência (para coletar colaborações de quem não faz parte das instâncias) e definições e encaminhamentos das instâncias (Coord. Exec. GT's, etc.) na lista e _solidário.

Criação de secretarias executivas estaduais e regionais (contratação de pessoa de apoio aos fóruns).

Tem que haver ligação direta entre FEES e FBES para além das representações estaduais.

Há a necessidade de inverter o atual modelo de planejamento. Atualmente a agenda tem vindo do nacional. É necessário que os estados façam o seu planejamento estadual e componham o plano regional e este oriente um plano nacional que atenda aos anseios das bases territoriais do fórum, tendo clareza das diferenças regionais e contemplando-as a partir da sua realidade.

Todas as informações e deliberações do FBES devem chegar com clareza nas bases

A qualificação da participação, em especial dos empreendimentos, passa pela construção de uma política de formação. Caso contrário, a tendência será de cooptação dos empreendimentos para lógicas de outros atores que algumas vezes não representam coerentemente os interesses, ideais e práticas da Economia Solidária.

b) Como deve ser a organização do FBES (instâncias e forma de funcionamento) para que este possa atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

Organização:

Devem existir critérios para que não haja sobreposição de funções por determinadas pessoas;

A organização deve ser mais horizontal;

A organização deve ser mais próxima. Aproximando o FBES aos FEES's e estes aos Fóruns Regionais;

A construção da pauta tem que ter como prioridade às pautas vindas dos estados e regiões.

Reduzir a agenda – tentar socializar a agenda com os fóruns estaduais e criar um Calendário Nacional.

Divulgar informes impressos por meio de boletins trimestrais

Passar as decisões da Executiva do FBES para a Coordenação Nacional, que deve repassar para os demais Fóruns estaduais, regionais e municipais.

Captação de recursos pelo FBES para manter, no mínimo, um militante remunerado para realizar a secretaria de cada fórum estadual.

Liberação de um militante do movimento para realizar mobilização, articulação e formação política pelo estado.

Repensar e refazer o planejamento, a organização e a gestão para hierarquizar as demandas e prioridades.

Canal direto de comunicação com a Coordenação Executiva.

Recomendamos a renovação dos militantes nos espaços de participação.

Os gestores públicos e assessores arquem com suas despesas para as participações nos eventos e regiões;

Definir o papel de cada seguimento nos FEES e no FBES

Criação da coordenação executiva nacional regional sendo três por Estado com suplentes;

Necessita-se criar uma coordenação por seguimento e por rede: municipal, micro-regional/território, estadual, regional e nacional;

Criação da cadeia do artesanato, trabalhar as cadeias produtivas na região;

Que os recursos federais da ES a serem aplicados nos estados sejam referendados pelo conselho nacional e pelo FBES e FEES;

Melhor definição dos segmentos segundo os critérios e princípios da ES (regimento).

Melhor definição do que é uma entidade nacional (considerar a abrangência nacional como critério, estar em várias regiões e/ou estados).

Criação de uma secretaria regional, para tentar amenizar a dificuldade de comunicação

Plenárias, como instância maior de deliberação. Tanto em nível nacional, como estadual.

A estrutura de organização do Fórum Brasileiro deve favorecer o fortalecimento das bases/ FEES. Por isso, as escolhas para compor as representações das instâncias devem privilegiar a discussão com os fóruns. Existem casos em que as representações estão distantes, inclusive, da relação com o FEES do seu estado.

Deve-se manter a estrutura já existente, aumentando a articulação dos fóruns estaduais, principalmente com os GTS e a coordenação executiva.

Criação de mecanismos de avaliação interna

O próprio FBES e os FEESs devem ser autogestionários.

Deve fazer reflexões e avaliações internas a partir de suas bases, cumprindo a nossa Carta de Princípios.

Para subsidiar este processo, devem ser criados mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação do FBES e dos FEESs;

Deve haver maior articulação entre os Estados e FBES. Não há hoje um mecanismo eficiente de relação com os Estados.

Para a escolha dos representantes, é necessário discutir critérios estipulados, como por exemplo: se consegue trazer as informações para as bases, entre outros. Para isso, deve-se conhecer o perfil dos candidatos a representantes e ver se está de acordo com os critérios. O/a representante deve sair para a representação do FEES preparado/a, com propostas bem definidas, de modo a não se representar a si mesmo, mas o FEES. Ele/a deve também ter capacidade de trazer de volta para o FEES os resultados das reuniões;

Que as representações do FEES no FBES tenham suplência (3 titulares e 3 suplentes);

Formação permanente nas bases para os integrantes do Fórum estadual que permita a formação de quadros e representantes legítimos e estruturados para defender as propostas estaduais no âmbito regional e no nacional;

Articularmo-nos no Conselho Nacional de ES para garantir a maioria de companheiros alinhados ao FBES nas câmaras técnicas do Conselho Nacional de ES

Manter a proporcionalidade atual de representação do FBES com reuniões anuais e fazer plenárias nacionais a cada dois anos e que sejam em datas anteriores a Conferências Nacionais;

Necessidade de melhorar a comunicação entre as diferentes instâncias para que haja maior funcionalidade das mesmas em função dos desafios e lutas prioritizadas.

Há uma visível necessidade de se trabalhar também uma melhor diferenciação entre o que faz uma assessoria ou empreendimento.

Construção de critérios orientadores que qualifiquem a compreensão de quem é empreendimento e quem é assessoria.

O movimento de enxugamento envolve mudanças de posturas e práticas na base da organização do movimento; passa pela revisão dos FEES e pela construção consciente e sustentável (viável) da Coordenação Regional, de forma que as mudanças do FBES sejam reflexos do nível de maturidade e desenvolvimento do potencial de articulação das bases.

Participação dos FEESs nos projetos:

As indicações de nomes para diversas atividades e projetos do FBES e do governo devem passar pelos FEESs;

Defender, junto ao Programa de Desenvolvimento Local e Economia Solidária, que, dos novos agentes que serão contratados em 2007, sejam contratados um para cada FEES de todo o país e um para cada uma das 5 macro-regiões para a articulação do FBES no nível regional.

Os representantes escolhidos devem priorizar a sua participação, assumindo as responsabilidades que a "posição" representa.

As discussões do FBES devem chegar aos estados em tempo hábil, para que os FEES discutam os assuntos propostos;

Fazer uma ata com os principais pontos das reuniões virtuais da coordenação executiva. A secretaria executiva faz isso e no dia seguinte disponibiliza para as listas de e-mail de todos os fóruns estaduais;

Outra possibilidade é de que estes representantes tenham câmeras e/ou microfones para facilitar as reuniões virtuais, visto que algumas das pessoas que participam não têm agilidade para digitar com a mesma rapidez que outros.

Coordenação Nacional

Composição da coordenação nacional do FBES: um por estado e suplente com rotatividade na participação.

Na plenária de 2007, a renovação da coordenação deverá ser de 50%. As plenárias nacionais deverão acontecer de quatro em quatro anos. Nas plenárias seguintes a renovação será de 1/3. Anualmente será feita a renovação de 1/3 da coordenação dos membros com mais tempo de mandato acumulado.

Um critério interessante para garantir o acúmulo já existente nos debates dos fóruns de Economia Solidária, e ao mesmo tempo a constituição de novos atores, é a renovação de 25% nos militantes que participam destes espaços, com continuidade de 75% que garantem a continuidade e densidade dos debates.

A partir da 4ª Plenária, o mandato da representação na coordenação nacional deverá ser de três anos, renovando anualmente um terço da representação.

Hoje existe muita rotatividade na representação nacional. E nem sempre ter quantidade significa ter qualidade, e a Coordenação Nacional é muito grande e cara. Temos que pensar em investir na construção do movimento, trabalhar as bases e regionalizar a representação;

Coordenação Nacional deve ser ampliada para 4 por estado (2 empreendimentos, 1 para assessoria e 1 para gestores).

A Coordenação Nacional, da forma como está, mostra-se inviável. Compõe-se de mais de 100 pessoas; além de dificultar uma articulação adequada entre seus membros, onera um custo muito alto às atividades, prejudicando a qualidade e a dinâmica do trabalho.

Além disso, em alguns casos, os/as representantes eleitos/as não estão necessariamente fortalecendo os FEES e, portanto, não representam legitimamente as bases. Infelizmente, ainda existem indicações feitas muito mais por articulações políticas do que por coerência das estratégias.

Coordenações regionais

Com relação à estrutura regional, apareceram duas propostas diferentes e não complementares:

Criar uma estrutura macrorregional do FBES, que diminuiria o tamanho da Coordenação Nacional, pois as representações não seriam mais estaduais, mas apenas regionais. Estas estruturas regionais escolheriam os representantes regionais do FBES, discutiriam quais quadros deverão ser renovados, e criariam coalizão em nível regional.

Não criar uma estrutura macrorregional, mas fortalecer as/os representantes macrorregionais da Coordenação Executiva na articulação regional, mantendo a Coordenação Nacional como está. E realizar todo ano um Encontro Regional dos Fóruns Estaduais;

Criação de Fóruns Regionais dos FEES com composição por dois de cada estado;

02 encontros anuais da Coordenação Regional.

Coordenação Executiva

A coordenação deve ser formada por 5 pessoas liberadas (dentro os membros da coordenação nacional) com o critério de militância no movimento e que tenha visão do conjunto dos movimentos. Elas fariam a articulação do movimento a nível nacional e internacional.

Redução dos membros titulares para sete participantes e um mandato de dois anos.

Tarefa da Coordenação Executiva de se reunir com os conselheiros.

Composição da Coordenação Executiva com 03 representantes regionais, com reuniões trimestrais.

Um representante por estado com suplente independente de seguimento, para uma coordenação regional; mantendo a coordenação nacional do FBES;

Secretaria Executiva

Número é insuficiente. É preciso que a sua equipe seja composta de militantes que são forjados no movimento e vão para a secretaria cumprir o papel político e operacional demandado pelo FBES.

Na executiva nacional dois representantes por região, indicado pela regional. Mini estrutura

GTs:

Criação do GT de gênero.

Definir os Gts prioritários a serem criados, de acordo com as nossas condições de recursos a serem.

Captados.

Retomada do GT de comunicação, que garanta a fruição de informações para fora do movimento de Economia Solidária.

Deve-se manter os Gts, fortalecer os fragilizados, fazer com que a sua pauta e agenda seja definida na Coordenação Nacional.

Rever o papel dos Gts frente ao Poder Público, visto que temos hoje o CNES.

Os Gts devem ter o papel de mobilização social.

No que se refere aos Gts, verifica-se ainda mais o descompasso entre FEES e FBES, com temáticas mobilizadoras bastante diferenciadas e/ou discussões desarticuladas. Os Gts no FBES só têm sentido se houver um reatamento nos estados. É preciso que se inverta corretamente a lógica: as necessidades e bandeiras dos estados passarem a determinar as prioridades e formatos de organização do FBES.

Há ainda um desafio no tamanho e na característica que assumiram alguns Gts. Uns cresceram em demasia, ao passo que outros esvaziaram. Alguns que são estratégicos pra sociedade organizada foram apropriados por gestores públicos (como o de Comercialização que está hoje praticamente nas mãos da SENAES). Esses desafios repercutem não só nos resultados concretos das políticas de apoio como na relação de não-autonomia que se observa no FBES e no CNES.

3.2 Segmentos e composição

a) A atual composição do FBES em três segmentos (empreendimentos solidários, entidades de assessoria, e gestores públicos) atende aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

Posição 1: Atende:

Sim, pois garante a representatividade dos segmentos mais importantes para economia solidária, mas é necessário dar condições para que estes segmentos possam desenvolver um trabalho de base mais consistente;

É importante também garantir espaços para que os empreendimentos possam se colocar, garantindo assim uma melhor articulação dos mesmos;

Porém o que precisa ser melhorado é a comunicação.

A proposta das instâncias é bem pensada, mas na prática não há uma articulação entre elas e a forma como estão compostas (representações descontinuadas ou sem a devida articulação com as bases) por vezes fragilizam os processos e não conseguem avançar nas respostas aos desafios e bandeiras.

Sim, pois a inter-relação entre os atores possibilita a proposição e a construção da política pública no campo da Economia solidária. Os três segmentos são igualmente militantes da construção do movimento de Economia Solidária;

Existe participação do segmento de empreendimentos, mas no caso dos segmentos de Assessoria e Gestores públicos, o comprometimento em alguns casos é pontual, variando de acordo com os projetos e programas que serão desenvolvidos pelos mesmos;

Posição 2: Não atende:

É preciso uma melhor classificação dos segmentos.

De um modo geral, observa-se à necessidade de maior afinamento (coerência) entre a forma de organização nos estados (instâncias criadas nos FEES) e o formato do FBES. A existência de formatos diferenciados tem sido inclusive um dos fatores que contribuem para o descompasso das agendas locais com as nacionais, porque acabam orientando outras prioridades e dificultando a percepção mais orgânica da organização do movimento de economia solidária.

Há uma preocupação com o fato de que na grande maioria dos estados os gestores públicos nos FEES fazem parte como parceiros e não como membros efetivos. Isso dificulta um avanço das construções no rumo das prioridades. Se não conseguem dar respostas no nível local, é questionável a garantia de sua participação no âmbito nacional.

Propostas:

As demandas têm que partir das bases;

Há um debate sobre a necessidade de maior aproximação com os movimentos sociais, que pode acarretar na criação de novo segmento dentro do FBES. É necessário maior acúmulo para tomar decisões neste sentido.

Há a necessidade de se definir melhor o papel das entidades e redes nacionais do FBES e qual a sua contribuição e forma de participação na construção do FBES e do FEES.

Apenas os representantes dos fóruns estaduais teriam direito a voz e voto. As representações nacionais só teriam direito a voz.

Eliminação da representação de organizações nacionais, deixando apenas a representação pelos fóruns estaduais.

Redução do número de representantes das organizações nacionais de 16 para 8 - o critério de organização nacional deve ser considerado a partir da atuação nos fóruns estaduais.

Cabe as Organizações Nacionais definirem os seus papéis no FBES, considerando a necessidade de uma distinção das organizações representativas e de assessoria.

COMPOSIÇÃO:

Posição 1: Manter a atual com três seguimentos:

Permanecem os três segmentos..... levar como questão não consensuada a participação dos gestores.

Manutenção dos 3 segmentos e garantir representação da Frente Parlamentar e dos Movimentos Sociais na forma atual da representação das entidades nacionais.

Por outro lado, há preocupação de que com a não participação dos gestores nos Fóruns (estaduais ou nacional) se perca um importante canal de diálogo entre a sociedade organizada e a gestão pública local em torno das políticas de apoio a economia solidária. Nessa perspectiva, vê-se que, embora com os limites percebidos, ainda faz-se necessária a participação dos gestores nos Fóruns, ao menos até que se tenha um estágio de amadurecimento que garanta que a construção dos conselhos municipais/estaduais e estes efetivamente se constituam como canais concretos de influência da economia solidária nas políticas públicas.

Posição 2: Ampliar para quatro ou mais seguimentos:

Composição com 4 segmentos, sendo preenchidas as vagas com maioria de empreendimentos e seguindo a proposta de composição abaixo.

Composição recomendada aos fóruns estaduais para a Coordenação Nacional: Empreendimentos, Entidades de fomento, Frente Parlamentar, Gestores e Movimentos Sociais. Sendo a maioria de empreendimentos.

Abertura para representação dos movimentos sociais e da frente parlamentar com direito a voz e voto, como 4º e 5º segmento.

Incluir o seguimento dos movimentos sociais, como agricultura, moradia, agrário, dentre outros;

Modelo de gestão específico para Região Norte, mantendo os três seguimentos e criar o seguimento universidades e ITC's;

Propostas:

Nos casos do FEES ficou caracterizado que cada um tem uma história de organização, com a participação de gestores ou sem a participação de gestores. Essas relações são conflituosas, em alguns casos. Precisamos reconhecer a autonomia, a história e a dinâmica de organização de cada estado.

Para além das intenções ou coerências políticas das pessoas que hoje atuam na rede de gestores e que participam dos fóruns, compreende-se que há uma questão de fundo mais desafiante que é a necessidade do movimento organizado pressionar as instâncias governamentais locais para redefinição do lugar da economia solidária na gestões locais (municipal, estadual) para que o poder de influência dos gestores que hoje participam de forma comprometida seja legitimado e viabilize a chegada dos resultados das políticas nas bases dos movimentos (nos empreendimentos).

Propõe-se adotar uma estrutura mais funcional e que tenha mais peso político

Precisamos aprofundar o debate sobre o espaço dos gestores no FBES, considerando que o fórum é o movimento social de economia solidária. Com a criação do Conselho Estadual ficou estabelecido o lugar dos múltiplos atores (sociedade e governo). Entendemos que todos os gestores públicos deveriam ser representados no FBES pela Rede de Gestores, inclusive objetivando fortalecer a Rede de Gestores.

Sensibilizar, através de formação, os gestores públicos e assessoria da importância do movimento da economia solidária para uma outra sociedade igualitária, humana e socialmente justa.

Definir claramente o papel de@s diferentes protagonistas do Fórum:

. O papel dos empreendimentos é o protagonismo;

. O papel das assessorias é assessorar e contribuir na formação e reflexão na construção do movimento;

. O papel dos gestores é gerir a *res publica* (coisa pública) em prol da construção da Economia Solidária.

Necessita-se criar uma articulação por seguimento e por rede: municipal, microregional/território, estadual, regional e nacional;

A estrutura do FBES é pesada e precisa ser repensada. São 97 representações. A experiência atual nos apresenta o desafio de enxugar essa estrutura.

Sugere-se a revisão da representatividade, porém sem prejudicar a participação dos estados nas suas estratégias de articulação de segmentos (especialmente dos/as produtores/as – rurais e urbanos).

Poderia-se levantar critérios mais coerentes e claros da representatividade, privilegiando **os empreendimentos como protagonistas**.

Para o enxugamento da Coordenação Nacional o caminho poderia ser a estruturação de coordenações regionais.

Tomando-se o cuidado de não tolher a participação dos empreendimentos, o segmento mais flexível à redução seria das entidades de assessoria. Os impactos da redução de sua participação em nível nacional seriam solucionados pelo peso de sua participação nas coordenações regionais; das quais se tiraria apenas 01 representação da região para compor a coordenação nacional enquanto segmento assessoria.

b) Qual tem sido o papel e a articulação de cada segmento no FEES e no FBES?

No FEES não há uma articulação por segmento, os encaminhamentos e ações são feitas no coletivo, porém respeitando as especificidades de cada segmento;

Os empreendimentos que participam do FBES não tem participação efetiva nas deliberações. A maior dificuldade é a grande quantidade de pessoas, que acabam não interferindo e sendo meros expectadores. E também porque falta domínio sobre os temas para estarem se colocando e falando;

No FBES há uma fragmentação maior, sendo que cada segmento delibera e define ações dentro do seu espaço político, não havendo um envolvimento maior entre os três segmentos. Há disputa por espaço político;

Mas há um esforço de consolidação da política de Economia Solidária, mesmo com toda a fragmentação, dificuldades e fragilidades;

Entendemos que a articulação de cada segmento é necessária para o fortalecimento político dos FEESs e do FBES, claro que sem haver fragmentação dos FEESs e do FBES.

Frágil, algumas entidades não possuem e nem priorizam as ações da ES.

Os FEES ainda estão tímidos em suas articulações, devido à falta de estruturas;

Os EES tem que ter seu protagonismo reconhecido e garantido

Cada segmento precisa se articular no sentido de ampliar a sua participação dentro do fórum.

Socializando informações, firmando novas parcerias.

Há uma menor participação dos gestores públicos: falta o compromisso político de alguns; estes devem assumir o seu papel institucional. Muitas vezes a participação tem sido inconstante e centrada nas pessoas e não na instituição;

Pensar de forma conjunta o protagonismo do FBES nas ações da economia solidária no país e fora dele;

As articulações, primeiramente, devem ser feitas nas bases, com os empreendimentos nas reuniões mensais dos fóruns;

Propostas:

A Rede de Gestores, o FBES e os fóruns estaduais tem que ter um diálogo maior com a Frente Parlamentar Pró Economia Solidária. Solidária, visto que é de suma importância a sua participação para ajudar na construção do Marco Legal, uma agenda do Movimento.

A rede de gestores deve discutir e deliberar sobre a participação da SENAES e da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) nas instancias da rede, considerando que as representações do Governo Federal terão direito a voz e não a voto nas instancias do Fórum Brasileiro.

Regionalização dos Fóruns: Grupos de Trabalho para a articulação dos seguimentos;

Agenda Nacional para a formação e definição dos GTs à partir das demandas dos Fóruns Estaduais;

Dar visibilidade aos papéis de cada seguimento; Criar agendas de trabalho

implementação de projetos de alcance social e âmbito regional

Respeitar nas DRT's o critério de participação nos programas federais, os atores e familiares dos empreendimentos da ES;

Os gestores públicos e assessores arquem com suas despesas para as participações nos eventos e regiões;;

Que os recursos federais da ES a serem aplicados nos estados sejam referendados pelo conselho nacional e pelo FBES e FEES;

Pensar em Estratégias para favorecer o protagonismo dos empreendimentos.

A formação e articulação política deve ser uma das bandeiras dos empreendimentos no seu processo de amadurecimento político e protagonismo no movimento de Economia Solidária;

Articulação e planejamento estratégico de cada segmento do Fórum, preservando a autonomia de cada um;

c) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações internas de cada segmento para atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

Empreendimentos Solidários:

A participação dos empreendimentos tem se ampliado nos FEESs e no FBES;

Apesar de não se aplicar a todos os empreendimentos, o segmento dos empreendimentos ainda não está suficientemente organizado nem com amadurecimento político para ser mais ativamente protagonista dentro do movimento de Economia Solidária (FEESs e FBES);

Falta um projeto comum construído pelos empreendimentos dentro do movimento de Economia Solidária que vá além dos interesses pessoais ou de grupos específicos;

A militância dos empreendimentos não pode acontecer apenas em função de eventos, encontros ou feiras específicos, mas no cotidiano;

Falta aumentar o amadurecimento político e uma postura ativa de se sentir protagonista co-responsável da construção do movimento: não se ganha favores, mas sim conquista-se direitos;

Os empreendimentos devem lutar pela constituição de Redes e Cadeias Produtivas Regionais e Inter-Regionais Solidárias e pela incorporação dos mesmos pouco a pouco dentro da estrutura dos FEESs e do FBES;

Gestores Públicos

Os gestores devem atuar garantindo a implementação das leis, como parceiros do FEES Articular e fomentar políticas públicas;

Garantia de implementação e normatização de políticas públicas nas diversas esferas de governo, canal para captação de recursos.

O FBES e FEES devem orientar os gestores públicos ligados à Economia Solidária a articular-se com a Rede de Gestores em Economia Solidária, para não representarem apenas a si mesmos, mesmo havendo gestores públicos que não estão na rede e contribuem com os FEESs nos estados.

Assessorias

A participação das assessorias nos estados tem sido maior no campo da formação, que muitas vezes não é construída em conjunto com os empreendimentos. Se dá muitas vezes através de cursos pontuais centrados mais na formação conceitual do que para a busca de sustentabilidade financeira dos empreendimentos.

contribuir para que os empreendimentos sejam protagonistas, garantir a implementação de ações que visem o fortalecimento do movimento - a formação, crédito, pesquisa, publicações, desenvolvimento de tecnologia, assistência técnica etc.

Difundir as práticas da Economia Solidária dentro dos seus movimentos e trazer suas pautas para um espaço de diálogo.

Discutir suas necessidades, marco legal, reivindicar políticas públicas, difundir o movimento, atuar nos diversos segmentos econômicos e sociais articulando-se em rede e cadeias produtivas.

É necessária uma articulação das assessorias, para que possam atender às demandas dos empreendimentos do Fórum.

Devemos estimular a articulação entre entidades de assessoria em cada macrorregião, aproveitando o mapeamento do SIES e aprimorando-o para abarcar todo o conjunto de entidades existentes no campo da ES;

3.3 Representação

a) A atual representação nas instâncias do FBES, baseada nos FEESs e nas organizações nacionais, atende aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

Posição 1: Atende ou atende em parte:

Na maioria atende.

As assessorias deviam garantir as ações de forma articulada, para que possam cumprir com o seu papel, que é, articular, formar, fomentar o protagonismo dos empreendimentos.

As representações estaduais no FBES, atualmente, não respondem, necessariamente, as demandas de todo o estado e, naturalmente, acabam representando seu próprio empreendimento ou entidade. Porque existe uma fragilidade das representações, como consequência da falta de discussão com a base. O mesmo ocorre, em parte, devido a própria estrutura da base e da alta demanda de ações locais a serem realizadas. E ainda, porque falta recursos para apoio a participação dos representantes, como, por exemplo, estrutura adequada (acesso a telefone, uso da internet) nos FEES.

Há um comprometimento da qualidade do debate em avaliar as representações das entidades a nível nacional, pois não há clareza sobre o papel de cada entidade.

Posição 2: Não Atende:

Não, por que a comunicação ainda é muito deficiente

No âmbito nacional, há algumas entidades nacionais que estão no apoio, nas articulações e na formação. Entretanto, há outras que participaram da construção do FBES e hoje não participam nem contribuem com o FBES;

Propostas:

O principal critério de participação deve ser o acúmulo que cada um carrega consigo em seu caminho militante e a constituição de novos atores sociais em construção. Levantar critérios de participação nos fóruns estaduais.

Recomendação: recorte de raça e gênero em todas as representações.

Respeitar o critério de acúmulo e conhecimento em ES;

Definir o papel de cada seguimento nos FEES e no FBES;

b) Qual tem sido o papel e articulação das representações estaduais e das organizações nacionais no FEES e no FBES?

Buscando parcerias que colaborem, de alguma forma, com as atividades da ES, dialogando como poder público acerca de incentivos e políticas públicas ES.

Onde os FEES têm agido de forma autônoma e autêntica, têm tido um papel de extrema relevância no sentido de dar encaminhamento as ações propostas do FBES;

Todas as informações disponíveis sobre o histórico do FBES, não foram acessadas por este grupo. Nestes documentos, constam pistas da relação entre o FBES e as organizações. Há, entretanto, necessidade de mais informações sobre as ações, papel e articulação entre as organizações nacionais e o FBES.

Faltam recursos para viabilizar a participação socioeconômica dos empreendedores; falta de estrutura de organização e funcionamento dos FEES, ficando o maior esforço para os empreendedores; falta de comunicação em rede;

A articulação deve ser em redes; descentralização de ações dos representantes;

O papel tem sido o de articulação e de mobilização;

Comercialização dos Produtos, Consumo ético justo e solidário;

c) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações dos FEESs e das organizações nacionais dentro do FBES para atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

O papel do FEES deve ser, também, de articulação política junto ao FBES;

É necessário definir melhor o papel do FBES.

Apoio, mobilização, infra-estrutura, logística, assessoria e articulação.

Fortalecer a formação/capacitação das pessoas para participarem do movimento e representa-lo com maior comprometimento.

Repassar as demandas estaduais, utilizando critérios como, tentar atender todas as regiões e segmentos participantes dos FEES.

Reduzir a participação dos estados no FBES de tal forma que tenhamos apenas um representante por estado. Por exemplo: O NE tem 09 (nove) estados e teria 09 (nove) representações, sendo 03 (três) representantes de assessoria e 06 (seis) de empreendimento. As escolhas aconteceriam a cada dois anos em Encontros Regionais. O Estado que apresentar representação de empreendimento não apresenta de assessoria e vice-versa. Com essa formulação a estrutura de 81 (oitenta e uma) representações estaduais seria, a partir de então de 27 (vinte e sete).

Potencializar ações em conjunto com FEES para formação da interiorização dos Fóruns Municipais em conjunto com as entidades como: Cáritas, Universidade, Assessoria e Fomento.

Proposta:

O papel do FBES deve ser definir estratégias (planejamento estratégico), ter papel político, defender as metas e prioridades definidos na 1 CONAES, bem como as políticas públicas, no Conselho Nacional de ES e em outras instâncias pertinentes.

Rever o caráter de representação das entidades nacionais. O que é entidade nacional? Em quantos estados as entidades devem estar presentes para serem consideradas entidades nacionais? Ou em quantas regiões?

Potencializar as articulações FEES e FBES com a realização de agendas temáticas para serem discutidas a nível nacional e local, a exemplo da LEI de cooperativismo e implementação de coordenação e secretaria executiva também nos estados para operacionalizar as ações.

Potencializar a capacidade de empoderamento dos membros dos FEES para que tenham voz ativa no FBES, tanto via políticas de formação; como pela melhor estruturação dos fóruns estaduais (inclusive com a estruturação de secretarias executivas).

Presença de núcleos de apoio e assessoria das entidades nacionais do FBES nos estados;

d) Como deve se organizar a representação nas instâncias nacionais do FBES (composição e critérios)?

COMPOSIÇÃO

Divergências na ampliação / redução com as seguintes propostas:

Ampliação para 6 participantes: 4 Empreendimentos Economia Solidária (2 rurais, 2 urbanos) 1 assessoria, 1 gestor;

ampliação pra 04 participantes: 2 Empreendimentos Economia Solidária, 1 assessoria, 1 gestor.

Defendemos que os gestores públicos não devem compor a coordenação nacional, apenas empreendedores e assessorias.

Propõe-se que a Coordenação Executiva tenha seu mandato reduzido em 1 ano e priorize a rotatividade entre os estados.

Que a Coordenação Nacional faça mudança anual de 1/3 da sua composição e que se tenha máximo de 03 mandatos consecutivos.

Precisa aprofundar o debate e articulação com os movimentos sociais, para sua participação nas instâncias da ES.

A representação é pelo período de dois anos;

Critérios e propostas:

Que a Coordenação Executiva funcione em forma de rodízio, anualmente, para que todos os estados possam participar.

É preciso criar um fundo, para sustentabilidade dos FEES e do FBES.

Precisa haver uma adaptação para atender a atual realidade do FBES e das demandas estaduais. Para tal, é necessário haver uma pessoa remunerada, com acesso a estrutura mínima para exercer suas tarefas e ajuda de custo.

Representar toda demanda da articulação estadual/regional e, não somente do seu empreendimento ou entidade ou Estado, quando da participação em conselhos, fóruns e reuniões;

Ao retornar dos encontros disponibilizar informações completas e claras, através de relatórios, seminários, vídeos, fotografias, etc nas reuniões nos Estados; ter disponibilidade de tempo, vontade;

Ser comprometidas, envolvidas e com acúmulos no movimento da ES;

Que tenham participação ativa nas reuniões dos Fóruns Estaduais;

Elaboração e aprovação do regimento interno do FEES/FBES

Criação dos Conselhos Municipais, Estaduais para dinamizar e trazer a efetivação e controle e monitoramento do processo de fortalecer os Fóruns Municipais e FEES.

Critérios: 50% de empreendimentos, 25 Gestores e 25% e Assessoria.

Composição da Secretaria executiva:

Como surgiu a figura do articulador, e pelo volume grande de trabalho, há necessidade de ampliar o quadro da secretaria executiva.